

PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA COMO PROPOSTA PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PREVINE BRASIL: UM PARADIGMA EM CONSTRUÇÃO

Rebeca de Oliveira Cardoso¹

Milena Marcintha Alves Braz²

Maria de Nazaré Moraes Soares²

RESUMO

Política pública é definida como uma proposta para o enfrentamento de um problema coletivamente relevante. Gussi (2017) aponta para a existência, no Brasil, de uma perspectiva de avaliação de política pública predominante nos dias atuais que possui um caráter técnico-formal, gerencialista e burocrático. Diante do exposto, a intenção do presente estudo é discutir as potencialidades das perspectivas de avaliação de natureza contra-hegemônica na análise de um Programa de financiamento da saúde, criado pelo governo federal e em execução desde o ano de 2019. O objetivo é propor uma reflexão sobre os caminhos que a perspectiva avaliativa crítico-dialética poderá suscitar, considerando tanto sua conceituação como paradigma epistemológico de avaliação de políticas públicas quanto as nuances deste dado programa.

Palavras-chave: Política de Saúde 1; Avaliação em Saúde 2; Organização e Políticas Governamentais 3; Perspectiva crítico-dialética 4 .

ABSTRACT

Public policy is defined as a proposal to face a collectively relevant problem. Gussi (2017) points to the existence, in Brazil, of a prevailing public policy evaluation perspective nowadays that has a technical-formal, managerial and bureaucratic character. In view of the above, the intention of the present study is to discuss the potential of evaluation perspectives of a counter-hegemonic nature in the analysis of a Health Financing Program, created by the federal government and running since 2019. The objective is to propose a reflection on the paths that the critical-dialectical evaluative perspective may raise, considering both its conceptualization as an epistemological paradigm for evaluating public policies and the nuances of this given program

Keywords: Health Policy 1; Health Assessment 2. Organization and Government Policies 3; Critical-dialectical perspective 4.

¹ Universidade Federal do Ceará; Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas; rebeca.o.cardoso@gmail.com.

² Universidade Federal do Ceará-Docente; Doutora; milena@virtual.ufc.br.

³ Universidade Federal do Ceará-Docente; Doutora; nazare.soares@ufc.br.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Política pública é definida como uma proposta para o enfrentamento de um problema público que é coletivamente relevante (SECCHI et al., 2019). Neste sentido, a Avaliação de Política Pública (APP) é uma das fases do ciclo de políticas públicas, na qual o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados, com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a motivou (SILVA et al., 2016)

Gussi (2017) aponta para a existência, no Brasil, de uma perspectiva de APP predominante nos dias atuais desde a década de 1990, que possui um caráter técnico-formal, gerencialista e burocrático. Esta perspectiva positivista é amparada em indicadores estatísticos com a finalidade de apontar o sucesso ou fracasso do programa, estando restrito apenas ao aspecto econômico, não havendo espaço para consideração de contexto, contradições ou de subjetividades. Deriva da concepção de organismos internacionais de cunho neoliberal, como o Banco Mundial, e também por ser amplamente utilizada em países capitalistas de “primeiro mundo”.

Corroborando com essa afirmação o conteúdo encontrado no site do Tesouro Nacional do Brasil, que afirma que a APP serve para aprimorar as políticas e/ou justificar investimentos e ainda para determinar e alinhar os objetivos e as prioridades do governo. O entendimento é que a avaliação tem a função de evidenciar o desempenho da política e indicar se os recursos públicos estão sendo aplicados de acordo com os parâmetros de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade (BRASIL, 2023).

Considerando que este modelo positivista-econômico-tecnocrata não é capaz de abarcar nem as contradições do Estado nem as especificidades de sujeitos e territórios, origina-se um movimento contra-hegemônico de APP. O pressuposto inicial deste caminho avaliativo é considerar que avaliar políticas públicas é um processo que deve abarcar questões contextuais, sociopolíticas e culturais,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

lançando mão de conhecimentos do campo das ciências sociais aplicadas e que pode ser caracterizado, muitas vezes, como métodos multidimensionais e interdisciplinares (GUSSI, 2018).

Neste íterim, a proposta do presente estudo é propor uma discussão que aponte as potencialidades dos métodos de avaliação de políticas públicas de natureza contra-hegemônicas na avaliação de um programa de financiamento da saúde proposto pelo governo federal, em execução desde o ano de 2019. O objetivo é assinalar os caminhos que a perspectiva crítico-dialética poderá apontar ao ser empregada na avaliação do programa Previne Brasil, considerando sua conceituação como paradigma epistemológico e as nuances desta política.

2 CONCEPÇÕES E DEFINIÇÕES

2.1 A perspectiva Crítico-Dialética

Dentre as perspectivas contra-hegemônicas, destaca-se neste estudo a abordagem Crítico-Dialética. Esta perspectiva avaliativa de políticas públicas é ancorada na teoria de alguns pensadores alemães, como Friedrich Hegel (1770-1831), Karl Marx(1818 - 1883), Friedrich Engels (1820-1895) e Max Horkheimer (1985-1973). As ideias dos referidos autores são retomadas para dar fundamentação analítica e empírica para a construção de uma proposta de avaliação de políticas sociais. No Brasil, vem sendo desenvolvida como perspectiva analítica pela professora Maria Ozanira Silva e Silva, doutora em Serviço Social e docente da Universidade Federal do Maranhão.

Em uma análise de concepções separadas, a teoria dialética consiste em um método de busca pelo conhecimento baseado na arte do diálogo, onde distintos modos de pensamento são evocados e surgem as contradições. Em Hegel isto é posto pela construção da tese, antítese e síntese dos aspectos da realidade em uma perspectiva idealista.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Engel destaca 3 leis para a dialética: 1. Lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa); 2. Lei da interpretação dos contrários (sempre existem dois lados contraditórios e por fim 3. Lei da negação da negação (tudo pode e deve ser negado). Entretanto, a negação não se mantém como uma certeza, também deve ser negada. Para Engels, este é o espírito da síntese. Já em Marx, partindo de uma perspectiva materialista, esta dialética se dá a partir do conceito de Luta de Classes, a qual explica a histórica luta em torno do processo produtivo: na sociedade moderna entre burguesia e proletariado. Este conceito conversa com a proposta de avaliação crítico-dialética ao apontar a existência dos interesses antagônicos que são utilizados como ferramentas de dominação de uma classe pela outra (MEDEIROS, 2011).

Ainda segundo Medeiros (2011) a teoria crítica proposta por Horkheimer traz a idéia da historicidade do conhecimento, da relação sujeito-objeto e da importância de uma práxis como condição de emancipação social. Para o autor a teoria crítica busca libertar o ser humano das circunstâncias que o escravizam por meio da emancipação.

Depreende-se portanto que para o paradigma avaliativo este entendimento sustenta o ponto de vista crítico e contra-hegemônico, trazendo à tona as circunstâncias e necessidades de sujeitos não expressos nos modelos positivistas. Para Gil (2021) é uma teoria que demonstra preocupação preferencial com a questão das relações de poder dentro da sociedade, considerando a grande influência da “realidade histórica” sobre a realidade social, admitindo que o conhecimento é construído pelo poder de seus defensores. Desta forma, os estudos fundamentados nesta teoria são conduzidas com o propósito não apenas de compreender, mas de transformar a realidade, encorajando as pessoas a examinarem suas condições de existência, a interagirem, a se tornarem ativistas e formarem grupos orientados para a ação (GIL, 2021).

Coerente com esta perspectiva, Ozanira (2013) considera que políticas públicas envolvem mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho, uso de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



controle, interação entre sujeitos diversos, readaptação, riscos e incertezas sobre ações e resultados e destaca a relevância dos sujeitos sociais neste processo e suas racionalidades. A autora defende ainda que a APP não resulta em uma verdade, e sim em uma versão interpretativa e de julgamento daquele dado contexto naquele período específico.

A perspectiva crítico-dialética para avaliar políticas públicas traz como enfoque avaliativo a análise crítica da política, apontando determinantes e condicionantes que estão postos para além dos discursos da formulação do programa. Por tanto, unindo-se estas concepções e entendimentos teóricos, a abordagem em construção da perspectiva crítico-dialética ganha contornos mais evidentes.

Utilizando-a na avaliação de políticas públicas, temos uma linha de compreensão contra-hegemônica, crítica, que consideram os sujeitos sociais em seu contexto, intencionalidade, racionalidade e influências diversas. Utiliza-se da verificação das contradições ao propor reflexões que sintetizam novos conhecimentos (que também devem ser postos à reflexão). É uma teoria que resgata o ideal de emancipação humana através do conhecimentos dos sujeitos de sua realidade histórica e das relações de poder existentes como ferramentas de transfiguração da realidade

2.2 O programa Previne Brasil

A saúde pública no Brasil foi conquistada a duras penas num movimento crescente que iniciou em meados de 1970, em paralelo à luta contra a ditadura militar. Este movimento denominado Reforma Sanitária propunha transformações necessárias em prol da saúde pública brasileira, visto que a saúde de responsabilidade governamental era prestada apenas aos trabalhadores vinculados à previdência social. Aos demais restavam tentar conseguir atendimento em instituições filantrópicas (Santas Casas) ou recorrer aos curandeiros, líderes religiosos e correlatos (BRASIL, 2022).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Da década de 70 em diante sucessivos eventos e movimentos vinham sendo realizados nesta dinâmica idealista. Então, como marco histórico, no ano de 1986 é realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde, com a participação de atores da sociedade civil, movimentos sociais, entidades estudantis, sindicatos, profissionais de saúde, políticos, dentre outros. Nesta conferência em específico foram lançadas as diretrizes para a construção de um sistema de saúde público, universal, descentralizado, único e de responsabilidade do Estado (BRASIL, 2022).

O ápice desta corrente de ideias ocorreu no ano de 1988, com a consideração de partes relevantes das discussões levantadas pelo movimento da Reforma Sanitária sendo aplicadas na Constituição Federal que foi promulgada naquele ano, e que encontra-se vigente até os dias atuais. No artigo 196 do texto constitucional é consolidado que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Já o artigo 198 declara que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, nascendo assim o Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 1988).

Desde que promulgada na Constituição Cidadã a saúde como direito universal dispõe de um modelo de custeio de responsabilidade do governo, sendo seu financiamento compartilhado entre as três esferas: União, Estados e Municípios. Parte dos recursos deste financiamento se destina à Atenção Primária à Saúde (APS), funcionando em todo o Brasil como principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde.

Como primeiro nível de atenção em saúde, a APS se caracteriza por um conjunto de ações que visam a promoção e proteção da saúde, a prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde. Neste nível de atenção são realizados atendimentos de baixa complexidade, acompanhamento de condições crônicas (como hipertensão e diabetes), atendimentos de programas de saúde (pré-natal, puericultura, etc), dispensação de medicamentos e referência para os demais níveis de atendimento (BRASIL, 2022).

PROMOÇÃO



APOIO



O Programa Previne Brasil surge no ano de 2019 com a finalidade de substituir o modelo de custeio pré-existente da APS. Esta nova forma de subvenção se constitui em um modelo misto de pagamento, composto por Captação Ponderada, Pagamento por Desempenho e Incentivo para Ações Estratégicas (BRASIL, 2019).

O componente Captação Ponderada condiciona parte do financiamento ao número de pessoas cadastradas e vinculadas às equipes de saúde da APS. Já o componente Pagamento por Desempenho associa transferências financeiras mensais aos municípios de acordo com os resultados obtidos em sete (7) indicadores com parâmetros pré-determinados e que são avaliados a cada quadrimestre. Por fim, o componente Pagamento por Ações Estratégicas propõe incentivos monetários a partir da existência de programas específicos de saúde, ações estratégicas e demais ações implementadas em âmbito municipal (BRASIL, 2019).

2.3 Proposta de avaliação do Previne pela perspectiva Crítico-dialética

Em sua proposta, o programa Previne Brasil pretende elevar o número de acessos dos usuários ao serviço e fomentar o vínculo destes com as equipes de saúde (BRASIL, 2019). Para isto, é observada a adoção de estratégias de incentivos financeiros vinculados ao alcance de metas.

Nesta mesma perspectiva de estímulos, é observado que alguns (muitos) municípios promulgaram legislações municipais que regulamentam repasses financeiros aos profissionais das equipes de saúde, mediante os resultados obtidos nas avaliações quadrimestrais e considerando o alcance ou a proximidade dos valores obtidos às metas propostas.

Portanto, observa-se uma cadeia de incentivos verticalizada, descendente nos moldes da saúde partindo do nível federal (Ministério da Saúde) e que perpassa Estados, Municípios e por conseguinte Secretarias Municipais de Saúde, gestores

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de unidades de atenção primária (também conhecido por “postinho”) e equipes de saúde.

Evidentemente verificam-se potencialidades na análise numérica do cenário de saúde do país. Com a proposta desta forma de financiamento é possível conhecer com maior precisão o montante da população cadastrada, o número de gestantes atendidas em tempo oportuno nas consultas de pré-natal e quantas delas realizaram testes rápidos contra sífilis e HIV e que ainda tiveram acesso a consulta odontológica, quantas crianças menores de 01 ano estão com suas vacinas em dia, quantos hipertensos tiveram pelo menos uma medida de pressão arterial aferida no semestre e quantos diabéticos tiveram seu quadro de saúde avaliados por meio de exame laboratorial por semestre (BRASIL , 2021).

Todavia, este estudo evoca seu objeto a partir da análise do contexto e do conjunto da obra. Propõe-se a discussão de um recente programa de financiamento para a saúde pública (setor que sofre sucessivas perdas ao longo dos anos) que foi elaborado na agenda de um governo neoliberal de forma centralizada, aparentemente sem um processo de discussões ou consulta aos conselhos e/ou conferências de saúde (espaços históricos para a deliberação deste tipo de questão) e que descentraliza suas ações quase que de forma autocrática, visto que utilizou-se da adesão “automática” dos municípios para este novo modelo.

O programa em si é composto em parte por incentivos financeiros e que são repassados de acordo com o alcance de metas, verificadas através de indicadores e ponderações e índices sintéticos finais. Tudo isso ocorrendo dentro do Sistema Único de Saúde, sistema este concebido na perspectiva social da universalidade, integralidade e equidade .

A pergunta a ser respondida após as exposições acima é: como a perspectiva crítico-dialética pode ser aplicada na avaliação do programa Previne Brasil? As reflexões que podem emergir deste questionamento perpassam primariamente por uma análise da principal problemática encontrada em uma breve leitura crítica da proposta do programa: um modelo de financiamento governamental

PROMOÇÃO



APOIO



que se aproxima de tendências neoliberais, gerencialistas e econômicas ao propor o alcance de metas na saúde pública, ao passo que as condiciona a repasses financeiros.

Considerando a problemática, naturalmente a análise da perspectiva crítico-dialética já pode ser capaz de suscitar alguns pontos de tensão, aqui exemplificados por três categorias de compreensão propostas pelas pesquisadoras:

Quadro 1. Questões para análise do programa Previne Brasil pela perspectiva crítico-dialética.

CATEGORIAS DE COMPREENSÃO	QUESTÕES EVOCADAS
CONTEXTO	Qual o contexto social, político e cultural do período em que o Programa foi desenhado e implantado? Como se deu a identificação da necessidade de modificação do modelo de financiamento pré-existente? Em termos de estrutura e capacidade operacional, qual cenário de atenção primária foi considerado no desenho do Programa? Como este Programa contribui com a evolução da saúde pública do Brasil?
SUJEITOS	Se tratando de um programa nacional, foi realizado o debate com a sociedade sobre o modelo adotado? Os objetivos do Programa estão sendo compreendidos pelos implementadores e beneficiários? Há condições igualitárias e equânimes para que os 5.558 municípios brasileiros operacionalizem o Programa em seus territórios, considerando suas peculiaridades?
DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO, RESULTADOS E IMPACTO	Como se deu o processo de desenho do Programa? Quais os objetivos dos mecanismos de incentivos financeiros adotados? Quais as potencialidades e fragilidades identificadas no processo de implementação? Quais os objetivos do Programa foram alcançados, abandonados, modificados e/ou alterados no processo de implementação do mesmo? Qual leitura se faz dos resultados alcançados sob a perspectiva hegemônica e contra-hegemônica de avaliação? Qual o impacto à saúde pública esperado e de fato conquistado?

Fonte: Autoras, 2023.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 CONCLUSÃO

Conclui-se portanto que a perspectiva avaliativa contra-hegemônica pelo método crítico-dialético possui potencialidade contributiva na análise do programa Previne Brasil, ao possibilitar a avaliação de contextos, a perspectiva dos sujeitos e considerar a compreensão da realidade como ferramenta emancipatórios e transformadora da mesma.

As ferramentas que podem ser adotadas para o emprego da técnica avaliativa são diversas, dada a multiplicidade de sentidos que podem ser postos para a pesquisa. Salienta-se que o enriquecimento do estudo e uma maior aproximação com a realidade pode ser possível à medida em que o estudo permita captar as ideias, opiniões e assimilações dos mais diversos atores das mais diversas instâncias e das mais diferentes regiões do território a ser eleito para o estudo.

Evidentemente que a proposta deste delineamento expressa apenas a visualização de uma superfície de possibilidades que encontra a perspectiva crítico-dialética para a avaliação do programa Previne Brasil. Ao passo que os estudos venham a aprofundar-se, estas questões poderão ser adensadas e possibilitar o surgimento de categorias analíticas congruentes para a compreensão do programa, principalmente à luz da teoria crítica.

Por tanto, faz-se relevante a realização da análise aqui proposta, visto que a mesma poderá trazer luz às questões que não são medidas pelos indicadores do programa, mas sim suscitar uma avaliação crítica do mesmo e possibilitar conhecer o ponto de vista e o ponto de partida dos diferentes sujeitos, podendo assim apresentar um cenário mais próximo à real conjuntura.

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. “**O que é Atenção Primária?**” Secretaria de Atenção Primária à Saúde.. Brasília, 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.979 de 12 de novembro de 2019. Institui o programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento e custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cobertura da Atenção Básica.** Informação e Gestão da Atenção Básica. Brasília, 2021. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relHistoricoCobeRturaAB.xhtml>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica Explicativa Relatório de Cadastro.** Sistema de Informação em Saúde. Brasília, 2021. Disponível em: http://189.28.128.10/dab/docs/portaldab/documentos/esus/nota_tecnica_relatorio_cadastro.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde de A a Z.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/sus>

BRASIL. Tesouro Nacional. **Avaliação de Políticas Públicas.** Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma Sanitária.** Série Pense SUS. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cronologia Histórica da Saúde Pública.** Fundação Nacional de Saúde. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma.** Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2019. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Componentes de Financiamento da Atenção Primária. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Ministério da Saúde. Brasília, 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento/componentesfinanciamento/>

GIL, A.C. **Como fazer pesquisa qualitativa** / Antonio Carlos Gil. – 1. ed. – Barueri [SP] : Atlas, 2021.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GUSSI, A.F. **Perspectivas Contra-hegemônicas no campo da Avaliação de Políticas Públicas.** VIII Jornada internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jonadas/joinpp2017/pdfs/mesas/perspectivascontrahegemonicasnocampodaavaliacaodepoliticaspUBLICAS.pdf>

MEDEIROS, A.M. **Considerações da Teoria Crítica para abordagens crítico-dialéticas em Ciências Humanas e Sociais.** 2011. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/consideracoes-da-teoria-critica-para-abordagens-critico-dialeticas-em-ciencias-humanas-e-sociais/>

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa.** SILVA, Maria Ozanira (Org). Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora: São Luís: GAEPP, 2008, p. 89 a 177 .

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Saúde. **SUS: 27 anos transformando a história da saúde no Brasil.** Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/7152-sus-27-anos-transformando-a-historia-da-saude-no-brasil>

SILVA, M.C.; SILVA, R.A.; SILVA, J. D.G. **Análise e avaliação de políticas públicas: aspectos conceituais.** Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal - nº 61 – outubro/2016 – p. 1434-1444. Curitiba, 2016. Disponível em: https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2016057096e62b35740171581795a2fef/artigo_analise_e_avaliacao_de_politicaspUBLICAS_aspectos_conceituais_BOLETIM_GO.pdf

SECCHI, L; COELHO, F. S; PIRES, V. **Políticas públicas : conceitos, casos práticos, questões de concursos.** 3. ed. – São Paulo, SP : Cengage, 2019. p. 2.

PROMOÇÃO



APOIO

